

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 12 de novembro de 2024 - Ata n.º 96.

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.^{as} Deputadas **Mabel Canto** (na função de 1.^a Secretária) e **Flavia Francischini** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **96.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 95.^a Sessão Ordinária, de 11 de novembro de 2024.) Era o que continha a Ata.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto à Deputada Mabel se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Mabel Canto – PSDB): (Procedeu à leitura do documento protocolado que compunha o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição do documento recebido pela Assembleia, que se encontra sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1201/2024** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros, do convênio do Fundo Estadual de Saúde do Paraná do Programa Aperfeiçoamento do SUS. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vice-Prefeito de Ponta Grossa, Sr. Capitão Saulo, por solicitação da Deputada Mabel Canto e do Deputado Marcelo Rangel. Registro a presença também da nossa sempre Governadora Cida Borghetti, aqui, nesta Casa. Sejam bem-vindos. No dia de hoje, em um entendimento que mantivemos ontem com o Deputado Arilson e em uma deferência toda especial à Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Paraná, Sindarspen, vamos conceder horário do Grande Expediente para que a Presidente possa falar sobre a reestruturação do quadro próprio da Polícia Penal e do Policial Penal. E também se comemora no dia 13 de novembro o *Dia da Polícia Penal do Paraná*. Parabéns aos nossos policiais penais e sejam bem-vindos aqui à nossa Casa. O Deputado Arilson fará a saudação à nossa convidada e já concedo a palavra à Presidente Vanderleia Leite, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, usando já do tempo destinado ao Sindicato, quero agradecer a V.Ex.^a pela oportunidade e dizer que amanhã, dia 13 de novembro, é o merecido dia do Policial Penal do Paraná em alusão à data, no dia 13 de novembro de 1989, da morte de Adalberto Gomes, um Policial Penal que faleceu na Penitenciária Central do Estado face a um conflito. Uma data que temos que refletir bastante sobre a carreira, sobre seus anseios e o perigo que ela oferece. A Polícia Penal é gestora do sistema penitenciário e é uma categoria de servidores públicos essencial para a garantia dos direitos humanos,

durante o cumprimento das penas nos estabelecimentos do Estado. Uma questão importante que quero alertar, e convidar os deputados e deputadas, é para uma ação conjunta e de garantia por equidade constitucional de reestruturação do quadro próprio que está mais lento que as demais categorias e que precisamos refletir, pois as leis federais aumentaram em muitas as atribuições do Policial Penal. Nesse sentido, temos várias lutas, uma pauta salarial para os anos de 2024 a 2026 de 8,5%, um interstício para redução de dois anos e vagas universais. Quero passar a palavra, agora, e parabenizar a todos os policiais penais, ao sindicato dos policiais penais do Paraná, a cada servidor público aqui presente. Passo a palavra para a combativa Presidente Vanderleia Leite. Obrigado.

SR.^a VANDERLEIA LEITE: Boa tarde a todas e todos. Primeiramente agradecer ao Presidente da Assembleia, Deputado Traiano, por ter nos dado a oportunidade e ter aberto essa exceção em relação ao Grande Expediente; quero agradecer ao Deputado Arilson pela oportunidade, pelo convite de vir falar em nome dos policiais penais aqui. É a primeira vez que faço uso da tribuna. Não tenho a mesma expertise dos deputados, mas vou tentar transmitir aqui um pouco do sentimento dos policiais penais. Quero cumprimentar a todos os policiais penais do Paraná que nos assistem por essa transmissão, aos colegas da Secretaria de Segurança Pública que se fazem presentes aqui no Plenário, a todos os presentes. E agradecer tanto aos deputados da Oposição quanto da Situação, porque sempre abriram as portas para o Sindarspen, para a Polícia Penal do Paraná – o Líder da Oposição; o Líder do Governo, Deputado Hussein, que sempre foi um amigo da Polícia Penal e sempre esteve dialogando conosco. Temos uma característica de sempre conversar com o Poder Legislativo, o Poder Executivo, trazendo as nossas agruras, as nossas ansiedades, os nossos anseios, e é um pouco disso que vou falar hoje, porque 13 de novembro é uma data emblemática, como bem falou o Deputado Arilson, que é o *Dia do Policial Penal* aqui no Estado do Paraná. Esta data é em referência e em homenagem ao policial penal, que na época era agente de reclusão, Adalberto Gomes, que, dentro de uma rebelião na Penitenciária Central do Estado, foi vitimado, ele perdeu sua vida com a intervenção armada que pôs fim a essa rebelião. Essa atividade é uma

atividade de caráter penoso, de caráter insalubre e tem toda uma periculosidade envolvendo a atividade do Policial Penal. É a terceira atividade mais perigosa do mundo e fazemos uma reflexão aqui sobre a necessidade de valorização dessa categoria. Eu falava com o Deputado Renato Freitas agora há pouco, que a sociedade muitas vezes não quer falar do lixo, logo, ela não lembra do gari; ela não quer falar da pessoa privada de liberdade, logo, ela, também, deixa alijada essa categoria que é dos policiais penais. A polícia penal é a garantidora dos direitos humanos dentro dos presídios. Nós não fazemos serviço de babá e nem de hotelaria, prestamos um serviço relevante à sociedade de segurança pública e por ser o elo final da execução penal. Muitas vezes, achamos que a execução penal acaba na audiência e não é uma verdade. Nós temos a polícia que investiga, a polícia que prende, o Ministério Público que acusa, o advogado que defende, o juiz que julga, mas o cumprimento da pena se dá dentro das unidades penais e não temos pena de morte dentro do Brasil. Então, quem garante a execução penal em sua plenitude é o policial penal. Ele é o elo final do sistema de justiça criminal e também compõe a segurança pública. Como bem falou o Deputado Arilson, houve alterações legislativas significativas e necessárias, porque os crimes organizados e as facções criminosas se originaram dentro dos presídios, não só no Paraná como em todo o país. E a polícia efetiva, com expertise, com experiência e com um perfil para cuidar dessas pessoas que cometem crimes, que se agrupam em facções criminosas, é a Polícia Penal. Então, hoje, falo que o maior projeto da segurança pública dentro do Governo Ratinho é a Polícia Penal. Tivemos uma inovação legislativa dentro da Constituição Federal, que alterou o art. 144 e inseriu a Polícia Penal como uma das forças de segurança. Logo depois, fizemos um trabalho aqui, com o apoio dos deputados presentes, e foi recepcionada a Polícia Penal dentro da Constituição Estadual através da Emenda 50, mas hoje temos várias atribuições a mais e responsabilidades e precisamos de uma valorização. A valorização do servidor público policial penal se dá através da readequação do quadro próprio da Polícia Penal. Estamos com um projeto dentro da Secretaria da Fazenda e faço um apelo para que não saíamos daqui e sejamos esquecidos, que na boca dos

parlamentares, quando forem ao Palácio do Governo, à Casa Civil, falem da Polícia Penal, lembrem dessa polícia importante para a sociedade paranaense. Temos mais de 19 municípios que em suas Câmaras de Vereadores já aprovaram uma moção de apoio à reestruturação da carreira dos policiais penais. O que estamos pedindo é equidade dentro da Secretaria de Segurança Pública em relação ao tratamento destinado às demais polícias e que consideramos importante. Policiais militares, vocês têm o nosso apoio e esperamos que vocês cheguem ao resultado que merecem em relação à reestruturação de suas carreiras. Gostaríamos de estar aqui, hoje, comemorando que o nosso projeto teria não só sido aprovado ou que tivesse chegado uma Mensagem do Governador, aqui, com o nosso projeto em comemoração ao 13 de Novembro. Isso ainda não aconteceu. Então, faço um apelo que minha fala não seja esquecida aqui, que vocês lembrem dos policiais penais que fazem esse honroso trabalho nos quatro pontos que pedimos, que são muito tranquilos de se resolver. É uma projeção na tabela salarial dos policiais penais, ainda com previsão para 2024, 2025 e 2026, 8,5%. Essa tabela já foi feita pelo Departamento de Polícia Penal. Existe um consenso tanto entre a categoria quanto o Departamento de Polícia Penal e o apoio do Secretário de Segurança Pública. Precisamos que a Casa Civil dê o aceite, dê o aval e chegue aqui essa Mensagem do Governador. Além dessa projeção, pedimos também uma estrutura de promoção melhor. Chegamos no tempo para se aposentar e não vai chegar no topo da carreira. Então, estamos pedindo que o interstício da promoção diminua para dois anos, como as outras carreiras. No QPPE é assim. No QPPE, por exemplo, você tem vagas flutuantes para se promover, são vagas universais que costumamos chamar, essa é a nomenclatura. Então, na medida que você tenha todos os requisitos da lei, tenha feito uma especialização, um mestrado, um doutorado, uma pós-graduação, você se promove porque existe vaga flutuante para atender essa promoção, esse instituto da promoção. Então, fazemos esse apelo desses três pontos e que o nível de ingresso para a Polícia Penal seja nível superior. As outras polícias já avançaram nesse sentido aqui no Estado do Paraná, e no País inteiro as legislações já estão mudando para que o nível de ingresso seja nível

superior, porque queremos um serviço de excelência dentro da Polícia Penal e que garanta realmente os direitos humanos das pessoas privadas de liberdade daquele ambiente. Lembrem dessa polícia que também existe dentro do escopo da Secretaria de Segurança Pública, falem com a Casa Civil. Vi aqui a Governadora Cida Borghetti e quero cumprimentá-la, porque foi a Governadora que recebeu o Sindarspen, enquanto governadora, e tem o nosso respeito, que a governadora também possa fazer a sua interlocução em relação a esse pleito da Polícia Penal, que considero legítima e está fácil de resolver porque já está na Secretaria da Fazenda, Governadora. Agradeço a sua atenção aqui e agradeço a todos os presentes, que lembrem dessa polícia que faz um trabalho relevante para a sociedade. Um feliz *Dia do Policial Penal* a todos os meus colegas que aqui me assistem e me ouvem, que falo com o coração e com uma grande intenção de que tenhamos essa fala ecoada e chegue ao Palácio do Iguaçu, ao nosso Governador Ratinho Júnior. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Agradecemos a fala da Sr.^a Vanderleia, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais no Paraná, ao tempo em que mais uma vez parabenizamos todos os policiais penais. Estamos sempre abertos para dialogar com a instituição dos policiais penais. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, quero cumprimentá-lo; cumprimentar todos os deputados e deputadas; cumprimentar toda a população que acompanha a nossa sessão; fazer um cumprimento a todos e todas que estão presentes aqui na Assembleia; um cumprimento e também parabéns à Polícia Penal, que mais uma vez comparece aqui à Assembleia. Amanhã é o dia dedicado à Polícia Penal. Quero mais uma vez parabenizar esta categoria, que faz a diferença em favor da segurança do nosso Estado. Sempre pude apresentar projetos a favor da Polícia Penal, também pude votar todas as vezes do lado da Polícia Penal. Portanto, quero aqui mais uma vez cumprimentá-los e dizer que estaremos sempre caminhando junto com vocês. Parabéns! Quero também cumprimentar a presença de policiais militares, de bombeiros militares,

que estão mais uma vez presentes à Assembleia trazendo reivindicações, que são reivindicações justas e que aqui já debatemos o projeto. Enquanto Oposição, construímos várias emendas, ficou com a tarefa o Deputado Arilson Chiorato, que na CCJ já pediu vista, fez voto em separado apresentando emendas. Agora, no Plenário, quando estiver em segunda votação vamos protocolar as emendas assinadas por toda Oposição, para melhorar o projeto, porque entendemos que ele precisa de mudança, inclusive para atender demandas importante para os praças e para os veteranos da Polícia Militar do Paraná. Quero aqui, também, dizer que fizemos uma audiência pública ontem e foi muito participativa. Entendemos que não é possível o Governo do Estado avançar na venda da Celepar. A Celepar precisa continuar como pública. Então, quero dizer que vamos apresentar emendas ao projeto da Celepar quando for votado ainda hoje. Entendemos que não pode ser vendida a Celepar, porque os dados nossos, dos paranaenses, precisam continuar como públicos. Quero fazer um cumprimento muito especial aos convidados e convidadas de hoje. Está aqui a jornalista Juliet Manfrin, que está com a sua filhinha Valentina, acompanhada também do seu esposo Gilberto. Sejam bem-vindos e bem-vindas à Assembleia Legislativa. Temos uma homenagem importante para ser entregue para você, Juliet, pelo trabalho relevante que você faz como jornalista no Estado do Paraná. Quero cumprimentar as lideranças que estão aqui representando um movimento, que nasceu em 2020, da solidariedade de muitas pessoas. Aqui estamos com algumas que representam esse movimento, que acabou instituindo, então, o “*Marmitas da Terra*”. Quero nominar a Ivone Ribeiro eo Otávio Sampaio. Só para destacar, a Ivone é técnica de enfermagem, hoje está aposentada, do coletivo de aposentados e aposentadas do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba. O Otávio Sampaio é Professor da Universidade, aposentado, engenheiro florestal, Doutor em Conserva da Natureza, faz parte do coletivo *Marmitas da Terra*, então esse coletivo importante. Destaquei vocês dois que foram nominados para receber aqui a homenagem, mas estão aqui também outras lideranças acompanhando vocês hoje. Está aqui, por exemplo, a Jade, que é jornalista, a Ana, a Marciele, o

Rafael, a Cristina, a Virgínia, a Sônia, a Grisseri. Mas é um timão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, V.Ex.^a passa a usar o horário da Liderança do PT.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Muito obrigado, Presidente. Então, se nós fôssemos nominar não daríamos conta aqui neste horário, são mais de 300 lideranças, que junto com vocês fazem esse trabalho bonito. Então, meu cumprimento muito especial a vocês. E agora eu quero, rapidamente, descrever aqui para cada homenageado então aqui algumas palavras. Então, “*Marmitas da Terra*”, como eu já disse, nasceu na pandemia ali em 2020. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, recebeu várias lideranças para contribuírem no combate à fome durante a pandemia. O MST no Brasil todo fez um movimento importante, no Paraná foram mais de 1 milhão de toneladas de alimentos entregues principalmente às famílias que estavam passando necessidade, tinham necessidade de comida. Mas aqui em Curitiba e Região Metropolitana, dentro desse esforço, várias lideranças se somaram ao MST e fundaram, então, o *Coletivo Marmitas da Terra*, e já distribuíram mais de 185 mil marmitas em Curitiba e na Região Metropolitana. Além de marmitas, tem hortas comunitárias, por exemplo, lá no Assentamento Contestado, na Lapa, muita gente ajudando, levantam de madrugada, no final de semana, vão para lá, plantam, cuidam das plantas, e é tudo orgânico, agroecológico, e depois transformam em marmitas, e não são só marmitas, levam para as cozinhas, cozinhas comunitárias. Em Curitiba e Região Metropolitana são 11 comunidades que têm cozinhas que recebem esses alimentos. Então, é algo extraordinário, maravilhoso, e nós aprovamos aqui, faz algum tempo, uma homenagem, e tínhamos que fazer a entrega, e convidamos vocês hoje para receber esta homenagem. Então, daqui a pouco, após a minha fala também com relação a outra homenagem, vamos fazer a entrega a vocês aqui, extensiva a todas as lideranças, aos movimentos, assim como o MST, que participam, são sindicatos, são associações, são partidos, são muitas lideranças que não estão vinculadas a nenhuma instituição, mas se

voluntariam, são solidários e solidárias no combate à fome em Curitiba, na Região Metropolitana, estendendo inclusive para o Estado do Paraná. Viva o *Coletivo Marmitas da Terra!* Viva os movimentos sociais ao dizer um viva ao MST. Parabéns! A Juliet, jornalista que faz um trabalho já há quase 25 anos, faz um trabalho importantíssimo, ela está localizada em Cascavel, mas ela faz um trabalho importantíssimo, e vou fazer uma leitura rápida aqui. A Juliet está na área jornalística há mais de 24 anos, e nos últimos 14 anos se dedicou a investigações sobre crimes transfronteiriços, como tráfico internacional de drogas, de armas e munições, o contrabando de cigarros, a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas. Também dedica sua atuação na apuração da fixação e da disputa de poder por grandes grupos e facções criminosas na fronteira do Brasil com o Paraguai. Então, sua trajetória também se destaca por uma contribuição inestimável na comunicação social. É jornalista formada pelo Centro Universitário de Cascavel - Univel, com MBA em Marketing e Propaganda, com uma carreira vasta, passou por vários veículos importantes, como repórter da *Gazeta de Toledo*, atuou também na rádio e *TV Educativa*, foi editora-chefe dos jornais *Hoje* e *O Paraná* na cidade de Cascavel, atuou também como assessora de imprensa e comunicação, além de editora-chefe em portais de notícias. Atualmente é editora de república da *Gazeta do Povo* e apresentadora do podcasts *Diálogos com a Jú*, no Portal Preto e Branco. Entre seus reconhecimentos mais notáveis destaca-se a premiação pelo Sindicato dos Jornalistas profissionais do Paraná por seu trabalho investigativo, também honrarias relacionadas ao desenvolvimento regional e ao setor produtivo, concedida pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, pela Amop. A Juliet é editora-chefe do Portal 24, em Cascavel, e atua principalmente na cobertura investigativa no narcotráfico e do contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai, que estou repetindo, mas é importante frisar isto. Foi editora-chefe de portais de comunicação, e ao longo de muitos anos tem se dedicado ao jornalismo investigativo na região da Tríplice Fronteira Brasil e Paraguai e Argentina. Então, quero também aqui dizer que a Juliet foi finalista em premiações ligadas ao setor cooperativista do Estado do Paraná, conquistou o prêmio Fiep de Jornalismo com a reportagem da região do Brasil que quer ser a

maior produtora de proteína animal do mundo, e assim por diante. Então, fez um trabalho e faz um trabalho extraordinário. Então, reconhecendo sua trajetória exemplar e as inúmeras contribuições ao jornalismo e ao desenvolvimento do Paraná, vamos entregar um certificado aqui também, aprovado por unanimidade aqui na Assembleia, na data de hoje. Parabéns, Juliet Manfrin, você faz a diferença no nosso Estado e no nosso País. Presidente, queria pedir a gentileza de V.Ex.^a para sustar uns instantes a sessão para que possamos fazer a entrega das honrarias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Então, vou **suspender por instantes a Sessão**, para a entrega dessas homenagens às pessoas citadas.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Registro a presença na Casa, a visita de alunos dos 4.º e 5.º anos do ensino fundamental da Escola Municipal Prefeito Mathias Augusto Bohn, de Rio Negro, acompanhados da Diretora de Políticas para Mulheres de Rio Negro, Eva de Oliveira; da Secretária de Educação, Jussara Heide; da Diretora da Escola, Veridiane Alves; da Coordenadora, Bruna Walter, e das professoras Janice Alves, Eliane Henning e Eleandra Jelinski, por solicitação da Deputada Cloara Pinheiro. Sejam bem-vindos.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputada Flávia.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Gostaria só de deixar registrado aqui o falecimento do nosso Vice-Prefeito de Cianorte, o João Alexandre, ontem à noite. Deixar aqui as nossas condolências à família e aos amigos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Evandro me comunicou hoje pela manhã o falecimento do Vice-Prefeito. Segundo ele, um grande amigo, estudaram juntos, fizeram política juntos. Com certeza é uma perda irreparável. Também registro a presença dos Coronéis Mário, Carmo, Farias e Bette's, do Major Henrique e do Capitão Divonsir. Sejam bem-vindos aqui na Casa.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Batatinha.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Também fazer um registro e uma nota de pesar aqui. Comunicar o falecimento do radialista e comunicador, nosso colega de profissão, Pedro Mikilita, uma das grandes vozes e uma liderança de audiência por Cascavel, que acabou falecendo aos 89 anos, empresário renomado que contribuiu muito, pioneiro lá em Cascavel, além de radialista, comentarista esportivo e uma pessoa muito bem quista, muito bem conhecida e muito bem admirada em Cascavel. Então, deixar este registro feito aqui na Assembleia, os nossos pêsames à família do radialista e comunicador Pedro Mikilita. A todos os familiares, as nossas condolências e que Deus possa confortá-los.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas e Deputados e todos que acompanham a Sessão Plenária. Olha, estou em uma luta grande aqui no Paraná em defesa dos pais de alunos e crianças que já perderam o sono não é de hoje porque há uma pressão muito forte para que seja obrigatório vacinar as crianças, principalmente agora neste período de matrícula e rematrícula, o que é um crime, o que é um absurdo e o que contraria uma Lei Estadual, nossa lei aqui, feita nesta Casa e sancionada pelo Governador Ratinho Júnior, a Lei n.º 21015/22, que proíbe a obrigatoriedade da vacina do

Covid aqui no Estado do Paraná. É bom salientar também que o único país no mundo, o único no mundo que está exigindo vacina em criança é o Brasil. Óbvio que é por viés ideológico, porque todas as vacinas do PNI, o Plano Nacional de Imunização, todas foram colocadas por lei, a do Covid foi apenas uma indicação feita pela incompetente e irresponsável Ministra da Saúde do Governo Lula, que não é médica, acho que ela é pedagoga, mas que ela é responsável isso é óbvio. O que parece é que as pessoas se congelaram em 2021 e não acompanharam a evolução da medicina, da ciência e não estão vendo o que está ocorrendo no mundo, no mundo inteiro. O Japão..., procurem aí. Dá um *Google*! O Japão declarou agora que a vacina que mais tem causado mortes no mundo é a vacina do Covid. Vamos lá, a vacina Janssen foi tirada, não tem mais; AstraZeneca foi proibida, não tem mais; Pfizer está com uma série de processos no mundo inteiro devido a graves efeitos colaterais e óbitos também. E aqui no Brasil, neste desgoverno do Lula, só podia ser, o cara que voltou cheio de ódio, tem ódio de crianças, tem ódio do agro, tem ódio de quem trabalha. Enfim, ele só não tem ódio de gastar dinheiro, isso aí ele adora, torrar o dinheiro público e fazer cabide de empregos nas estatais. Estou aqui em conversa com o Governo. O Deputado Líder do Governo Hussein Bakri marcou uma reunião para segunda-feira com o Governador Ratinho Júnior. Tenho certeza de que o Governador é contra essa imposição; se não fosse contra não teria sancionado essa lei! O que me admira muito é ver a Secretaria de Saúde do Paraná não tomar uma atitude decente em relação a isto até o momento. Vou deixar claro! Porque ainda vamos discutir. Bom, para defender os pais e mães aqui no Paraná, protocolei hoje um Projeto de Lei que – presta atenção, pessoal – proíbe o Conselho Tutelar de notificar os pais que optarem por não vacinar os filhos com a vacina do Covid no âmbito do Estado do Paraná. Aí vocês do Conselho Tutelar estarão proibidos de ficarem perturbando os pais. Tem muita coisa mais importante para fazer para defender criança. E está baseado, no item 2 aqui, que os pais que optarem por não vacinar os filhos com a vacina do Covid não poderão ser notificados, amparados pela Lei Estadual n.º 21015/2022. E fiz um outro Projeto também que proíbe a retenção da carteira de vacinação nos postos de saúde, no âmbito do Estado do Paraná. O que está

acontecendo em alguns municípios? O pai vai lá e vacina, dá 10 vacinas na criança, do Covid não quer, aí retêm a carteira de vacinação. Não pode reter! Aquilo é um direito do pai e da mãe de levarem. Vai ficar lá faltando uma vacina, por conta e risco do pai! A vacina está aí; quem quer tomar, tome; quem não quer tomar, não tome. Ora, é um direito de cada! Ora, é uma coisa surreal o que está acontecendo aqui! Falei outro dia com o colega Deputado Lupion, o colega dele com um filhinho de 3 anos, começou a ter um probleminha de saúde, foi ao pediatra e está com pericardite. O médico perguntou: Quantas vacinas do Covid ele tomou? Não é possível que as pessoas não... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não é possível que as pessoas não estejam se informando, vendo o que está acontecendo ao redor do mundo, nas grandes potências. Em Portugal já foi proibido, a vacina está proibida. Não é que não tem! Proibido em criança. O Japão da mesma forma. Ora, o Paraná, que investe tanto em inovação, vamos inovar, vamos mandar o pessoal da Secretaria da Saúde para o Japão, para Portugal e para outros países para aprenderem o que está acontecendo no mundo e dar liberdade aos pais! Peço o apoio dos Deputados aqui, por favor, vamos defender os pais e mães de crianças no Estado do Paraná, porque eles estão dentro da lei e têm toda a liberdade de fazer isso, de tomar ou não esse experimento. É o que peço aqui. Não vou me alongar mais, deixar para falar na segunda-feira, porque de repente temos uma boa notícia para contar. Mas, os Projetos estão aqui: Conselho Tutelar proibido de notificar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Só reafirmando, Projeto aqui que proíbe o Conselho Tutelar de notificar pai e mãe porque não deram a vacina do Covid. As outras vacinas são obrigatórias, são importantes, defendo as vacinas, a maioria defende as vacinas, porque são importantes realmente, mas este experimento

não. Não, gente, isso não! Isso aí é um perigo realmente e temos que nos unirmos e defendermos as famílias aqui no Paraná. E vou nesta luta até o fim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Bandido bom é bandido morto, assim afirmam os hipócritas religiosos e os hipócritas populistas da política, instigando o ódio, a vingança e a criminalidade estatal, tendo em vista que no nosso País não há pena de morte. Esses mesmos que ordenam a violência não são os mesmos que sujam as mãos de sangue ao executar essa violência, quem executa são os praças da Polícia Militar, os mesmos que em condições estressantes, arriscadas, traumatizantes acabam sendo afastados em um número cada vez maior. Do ano de 2022 para o ano de 2023, por exemplo, aumentou em 23% o número de suicídios que se dá quase que exclusivamente entre os praças, que são aqueles que estão na rua combatendo a criminalidade, arriscando a própria vida. E, por conta da militarização da estrutura policial, não podem reclamar, organizar-se, reivindicar, porque são punidos severa e rigorosamente se não engraxar a bota, se não arrumar o fardamento, se chegar atrasado, se não cumprir ordens, mesmo que manifestamente ilegais e abusivas. Quem lucra com essa estrutura hierárquica estamental militarizada? Eu respondo: Os oficiais. Oficiais esses que não vão à rua, oficiais esses que não precisam contar com a oração de sua mãe, de sua esposa, dos seus filhos e com a sorte; oficiais esses que tiveram a pachorra, o cinismo de dar o nome deste projeto de Plano de Carreira da Polícia, quando na verdade é um projeto estritamente salarial e não para toda a polícia, tão somente para eles mesmos, os oficiais, que cada vez mais se confundem com políticos naquilo que de pior os políticos têm, que é a característica de sacrificar sempre a base da pirâmide. Não à toa tiveram a coragem, a audácia, eu diria, a covardia de criar uma nova categoria que não está na Lei Orgânica da Polícia Militar, o chamado aluno soldado de terceira classe, um absurdo que vai rebaixar ainda mais o chão de fábrica, vai rebaixar ainda mais a base da Polícia Militar,

para que recebam como estagiários se arriscando como profissionais. Quem lucra com isso? Quem lucra com um aumento que será hoje de 4,5% para aqueles que são soldados, mas que será de 23% para aqueles, por exemplo, que são segundo-tenente, que já ganham R\$ 11 mil e passarão a ganhar R\$ 13 mil e 731, um aumento real... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... sobre o mérito, se é merecido ou não. Talvez seja de fato, sem problemas. Agora, o problema aqui é você aumentar o salário do soldado de R\$ 5.900,00 para R\$ 6.100,00. Isso não representa nem o vale-transporte para ir trabalhar! Isso é um acinte! Isso demonstra que os oficiais não servem para ocupar a cadeira política da Secretaria Pública de Segurança. Não servem porque pensam apenas nos seus próprios umbigos; pensam apenas nos interesses do Governador e dos Deputados, não pensam na base da Polícia Militar. E quando é para sujar a mão de sangue, falar “*bandido bom é bandido morto*”, mandam que os praças façam isso, mesmo que às custas da sua saúde mental, de eventuais dependências químicas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Seu tempo encerrou, Deputado. Por favor, conclua.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Proponho, para concluir, que todos os praças fiquem um mês na função administrativa e coloquem os oficiais para estarem lá na Vila Zumbi, lá no Parolin, lá no Tatuquara e em todas as quebradas do Paraná!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Cloara.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde, público. As crianças de Rio Negro, obrigada pela presença hoje no nosso

gabinete, que Deus abençoe vocês. Oh, palmas para vocês. Sensacionais! Hoje, como deputada estadual e Procuradora da Mulher desta Assembleia Legislativa, uso a palavra com muita alegria para dar os parabéns à Desembargadora Lídia Maejima, minha amiga, contemporânea, minha amiga pé vermelho. Quantas vezes entrevistei a Dr.^a Lídia Maejima na Rede Massa, durante os meus 25 anos de TV. Ela foi eleita a primeira mulher da história a ocupar o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, minha querida amiga Lídia Maejima. Ontem, conversando com ela pelo telefone me falou: *“Foi obra de Deus”*. E de muito trabalho, não é, minha amiga? E também um abraço à nossa Desembargadora Ana Lúcia Lourenço eleita como Corregedora da mesma gestão. Essa eleição histórica demonstra o avanço significativo na representatividade e igualdade de gênero em nossa sociedade, demonstrando a importância na continuidade dos trabalhos de base que visem a promoção da equidade entre homens e mulheres, assim como o trabalho conjunto entre as instituições. Falo em nome das 163 Procuradorias do Estado do Paraná e falo, também, que as mulheres eleitas Vereadoras, em 2020, tivemos 580 mulheres, este ano foram 691 mulheres. Então, subo aqui para falar em nome da nossa Procuradoria e em meu nome, como amiga da Lídia. Muito obrigada, gente. Parabéns, Dr.^a Lídia. Parabéns à Desembargadora Dr.^a Ana Lúcia Lourenço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero fazer uma saudação especial a todos que acompanham esta Sessão, os alunos que aqui estão. Polícia Militar do nosso Estado do Paraná que aqui se encontra uma saudação especial, sejam bem-vindos a esta Casa e bem-vindas. Também quero fazer uma saudação bem especial à Vanderleia, Presidente do Sindarspen, que está aqui representando toda a Polícia Penal do nosso Estado, realmente sabemos da importância desse trabalho. E amanhã, então, o *Dia da Polícia Penal*, sabemos da importância do trabalho da Polícia Penal na segurança interna e externa dos estabelecimentos prisionais do nosso

Estado. Então, parabéns a todos, a toda a nossa Polícia Penal do Estado do Paraná. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, hoje temos vários projetos na pauta e todos os projetos são importantes, mas queria aqui destacar, se conseguir no tempo que tenho, um tempo bastante curto, mas destacar dois projetos. O primeiro é com relação ao projeto da privatização da Celepar. Não conseguimos entender. Falo para vocês que fazemos um esforço imensurável para entender porque tanta vontade do Governador Ratinho Júnior de privatizar as estatais do nosso Estado. Assim foi com relação à Copel, parte da Sanepar, terceirização da educação e agora chegou a vez da Celepar. A Celepar é a primeira empresa pública de tecnologia da informática do País. Surgiu praticamente há 60 anos. Dia 24 de novembro completará 60 anos de existência e faz um trabalho brilhante, por isso que tem um extenso currículo, sendo uma empresa altamente lucrativa. Conversava com o Deputado Arilson, que entende muito e tem defendido muito a não privatização da Celepar, no qual nos últimos dois anos a Celepar teve de lucro líquido cerca de R\$ 120 milhões. Então por que o Governador Ratinho Junior quer privatizar a Celepar? Além de todo trabalho importante que a Celepar realiza e que, Deputada Cloara, trabalho importante que não tem como mensurar o valor desse trabalho quando se fala na questão dos dados, que é de competência e que está sob toda segurança dos funcionários da Celepar. A Celepar tem mais de 1 mil empregos gerados. E aqui falar da Celepar e dos dados é difícil mensurarmos, Deputada Mabel, porque falamos de dados sigilosos na questão da saúde, da educação, da agricultura, da segurança e que tememos na aprovação desse projeto que esses dados possam ser comercializados depois, porque vai passar para uma empresa privada. Então, fica aqui o nosso pedido pela não aprovação da privatização da Celepar. E também quero me reportar aqui a um projeto muito importante também, que é a reestruturação da carreira da Polícia Militar do nosso Estado. É um projeto que tenho certeza que a Polícia Militar, os Bombeiros do nosso Estado estavam aguardando há muito tempo, mas gostariam que o projeto fosse diferente, porque da forma como chegou a esta Casa ele traz um grande descontentamento, porque é gritante a diferença salarial do soldado ao coronel e não podemos concordar com isso. Não somos contra o salário do coronel, mas

somos contra o baixo salário dos praças, somos contra essa diferença gritante de quem realmente está na rua arriscando sua vida, de quem se obriga a fazer bicos para poder se sustentar e sustentar sua família. Somos a favor de todo policial que não mede esforço para garantir a segurança de todos nós, para garantir a segurança do povo paranaense. Somos a favor e por isso, Deputado Arilson, já apresentava na CCJ umas emendas garantindo aqui aprovação de um projeto mais justo. Não foi possível aprovar as emendas na CCJ, mas vamos apresentar essas emendas em Plenário... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): As emendas buscam fazer com que possamos aprovar um projeto mais justo, onde possa fazer essas correções do projeto, da tabela do anexo II, que traz essa gritante desigualdade salarial e onde valoriza mais todos os nossos policiais, toda a Polícia Militar e os Bombeiros. Podem ter certeza que vamos fazer o possível para que todas as propostas encaminhadas por vocês a nós Deputados, vamos fazer o possível para que elas sejam aprovadas nesta Casa e que vocês possam, realmente, merecer um salário digno de todos trabalho que vocês fazem pelo nosso Estado do Paraná. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson. Mas, antes disso, vou fazer a leitura de duas Mensagens que acabam de chegar aqui na Casa.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 74/2024 do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 683/2024) que altera a Lei n.º 17.430, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece a estrutura de Funções Privativas Transitórias da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e suas vinculadas e da Secretaria de Estado das Cidades e suas vinculadas e dá outras providências; **Mensagem n.º 75/2024** do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º

684/2024) que altera a Lei n.º 17.444, de 27 de dezembro de 2012, que implementa o Convênio ICMS n.º 85/2011, o qual autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense.

Com a palavra o Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente Ademar Traiano, Deputados e Deputadas. Venho aqui hoje falar com vocês do PL n.º 542/2024, de reestruturação da nossa gloriosa trabalhadora e competente Polícia Militar do Estado do Paraná. Primeiro, deixar aqui que sou favorável ao aumento salarial e de melhores condições a todos os policiais da nossa Polícia Militar, desde o soldado ao coronel, mas discordo de tratamento diferenciado entre praça e oficial. Por isso estou aqui para lutar por equidade, por justiça, para que sejam atendidos do mesmo formato, para que tenhamos sim o respeito à polícia e se corrija esse projeto. Apresentei, junto com os Deputados de Oposição, seis emendas, que vão ser votadas aqui nesta Casa entre hoje e amanhã. A primeira delas é a substituição do anexo II, visando corrigir o espaço de distorção entre praça e oficial. A segunda subemenda altera o artigo 6.º, para excluir a criação do aluno soldado de terceira classe, que é um absurdo. A terceira emenda suprime o art.16, que impede a revisão geral anual dos servidores da carreira militar que possuem direito constitucional à data-base. A subemenda n.º 4 visa suprimir o artigo 17, para impedir que militares sejam obrigados a assumir toda e qualquer atribuição na corporação sem a devida remuneração. A subemenda n.º 5 altera o anexo I, para alterar as tabelas com base no art. 18 da Lei Orgânica da PM, para garantir a remuneração com escalonamento vertical entre os postos de graduação. E aqui vai a parte principal. Fiz um estudo sobre o projeto do Governo: 1,1 bilhões vai custar esse projeto. Não estou aumentando nada nesse projeto. Estou fazendo uma distribuição mais equitativa, mais devida. No projeto atual hoje, se aprovado, um soldado vai ganhar 23,13% do que ganha um coronel, um cabo 23,8%, um sargento 23,6%, o 2.º sargento 27,9%, o 1.º sargento 29,6%, um subtenente 37,8%. Eu refiz essa tabela, junto com meus Pares, e a nossa proposta é simples:

25% para o soldado de primeira classe, cabo 30%, 3.º sargento 35%, 2.º sargento 40%, 1.º sargento 45%, subtenente 50%. Queremos justiça às categorias, que seja redesenhado, suprimido dessa lei esses itens elencados aqui e que tenhamos respeito aos praças, que correspondem à maioria do efetivo. Hoje, temos 15 mil e 638 PMs, 3 mil e 490 bombeiros, a ampla maioria, 94% para ser exato são Praças. São esses que têm que ser contemplados e serem melhores tratados no processo. Não que o Oficial não mereça, não que o Coronel não mereça, merecem, mas depois que nós corrigirmos essa distorção histórica. E a partir desse Projeto, o Governo do Estado vai poder dar aumento quando quiser, 4, 5%, e ele será igual desde o soldado ao Coronel. É esse o objetivo aqui do nosso Projeto: corrigir e fazer justiça. E, ainda, a sexta subemenda suprime o art. 18 para impedir desvio de função. Pela luta para tratar o policial militar de forma devida, já é tempo. E se a Assembleia do Estado perder essa oportunidade sabemos que isso nunca mais será corrigido. Está aqui à disposição do Governo. Tem lastro financeiro, tem lastro orçamentário, tem lastro jurídico, falta vontade política do Ratinho em meter a caneta e os deputados votarem a favor dos praças e dos oficiais e cuidar da polícia do Paraná de verdade. Nosso voto é pelo tratamento equitativa, igual, equidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, pela Liderança Feminina, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, deputadas, deputados, aos nossos valorosos policiais. De igual forma também quero aqui, como já mencionou a Deputada Cloara, nossa Procuradora, fazer uma saudação especial sobre a eleição do Tribunal de Justiça, na data de ontem, que, historicamente, elege pela primeira vez uma mulher para ocupar a sua presidência, a Desembargadora Lídia Maejima, que tem uma ampla carreira, respeitada na Magistratura, e que não tenho dúvidas de que será uma grande presidente, inclusive para corrigir erros históricos aqui mesmo nesse Tribunal, Deputada Cloara. Também quero cumprimentar a nossa sempre parceira, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Corregedora eleita também pela primeira vez; as Desembargadoras Lenice e

Lilian eleitas para o Órgão Especial, e a Desembargadora Ângela Costa eleita para o Conselho de Magistratura. É importante que mencionemos fatos como esse porque cada vez que uma mulher é eleita, chega a ocupar um espaço de poder, somos todas nós que ganhamos. São espaços que historicamente são ocupados por homens, espaços de decisão, e que agora vemos as mulheres chegando, ocupando e que, com certeza, mostrarão a diferença. Assim como já é feito aqui, Deputada Maria Victoria, que tem um exemplo também em casa da nossa sempre querida primeira Governadora Cida Borghetti. Também quero parabenizar a toda a cúpula do TJ que foi eleita. Mas há um dado muito interessante, Deputada Maria Victoria, a Desembargadora Lídia, para que ela fosse eleita, Deputada Luciana, antes da Desembargadora Lídia, 57 homens passaram antes que ela fosse eleita a primeira mulher. E isso é um fato que realmente era necessário que se mudasse, e que essas portas continuem abertas para que outras magistradas também possam liderar esse espaço, como as magistradas que integram o grupo Antígona, que tivemos o prazer de receber aqui na Assembleia Legislativa neste ano, que é composto por 223 magistradas aqui do Estado do Paraná. Muitas magistradas que lutam pela igualdade, pela paridade de gênero não só na nossa sociedade, mas, inclusive, dentro do Tribunal de Justiça. Então deixar aqui, desta forma, em nome da Liderança, em nome da Bancada Feminina, os nossos cumprimentos às desembargadoras eleitas ontem. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Consulto o Deputado Requião, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, meus nobres colegas, quero chamar a atenção para um fato no mínimo peculiar. Subiram a esta tribuna hoje diversos deputados, dentre eles os meus colegas da ala mais progressista da Assembleia, e foram estes os deputados que subiram para defender os Praças da PM. O pessoal que se elege fazendo campanha em cima da PM, em cima da pauta da direita, em cima do militarismo, não subiu à tribuna para defender os Sr.^s da PMPR. (Aplausos.) A orientação sexual é pauta, o banheiro dividido ou não é pauta, se a marcha pode ou não ser aqui ou ali, é pauta. O salário e a vida de

milhares de policiais militares é silêncio. E não é porque eles não concordam com o que nós estamos dizendo, não é porque eles não conheçam a realidade da polícia, é porque este é o famoso... Para usar uma palavra, um termo utilizado na campanha aqui de Curitiba: “Este é o sistema”. O sistema beneficia geralmente de cima para baixo. O sistema atropela os mais fracos, sejam eles policiais militares, sejam eles pequenos empresários, sejam eles pequenos agricultores. O sistema político partidário brasileiro é uma pirâmide invertida: trabalha sempre para quem tem mais poder e mais dinheiro atropelando os demais. Porém, contudo, todavia, este Projeto não foi feito nesta Casa. Gostaria de poder apontar dedo para os meus colegas e dizer: *“Foi o Deputado ‘a’, o Deputado ‘b’ ou o Deputado ‘c’ que fez esse texto e não entende porcarias nenhuma de polícia!”* Mas, não foi! Esse texto veio pronto de cima para baixo e o que os meus colegas escutam aqui é: *“Ou é isso, ou é nada. E é melhor isto do que nada”. “É o possível”*. É o que nos dizem. E nós fizemos emendas, buscamos alterações, buscamos pressionar e dialogar. E até digo que com os meus colegas deputados conseguimos dialogar... Com os meus colegas conseguimos dialogar, mas não conseguimos mudar a orientação da Casa Civil, do Palácio Iguaçu e da Secretaria de Segurança. E aí os senhores policiais e praças vão conhecer bem uma frase que vou usar, que vai ser dita nos corredores: *“Ordem dada é ordem cumprida”*. E é assim que um projeto passa em regime de urgência sem o devido debate, sem as devidas alterações, porque no sistema, muitas vezes, esta Casa aqui, por motivos ‘A’, ‘B’ ou ‘C’, fica de mãos amarradas ou amordaçada. É o tal do sistema. Mas, eu queria que os senhores levassem para a vida daqui para a frente esta lembrança de quem sobe à tribuna para defender os direitos dos senhores, quem coloca a cara a tapa, quem enfrenta, quem vota e como vota, porque escutei de vários colegas: *“Nossa, Requião, gosto muito de você, mas não vou poder votar em você agora, por causa de duas letras, três letras, um número ou dois”*. E aqui estou junto com os meus colegas, que não tiveram voto da maioria dos senhores, pelos mesmos motivos, defendendo uma corporação que muitas vezes nos nega, inclusive como políticos. Mas antes do partido vem a minha consciência e a minha consciência, assim como a de vários colegas aqui, diz que os direitos e a vida dos policiais militares,

em especial dos praças, superam qualquer um desses obstáculos. Por isso, estamos defendendo uma reforma, um texto, um Substitutivo menos cruel e mais justo. E não é de hoje que defendo a Polícia Militar; não é de hoje que busco melhores condições para os praças. Quem conhece a minha história sabe disso, mas, infelizmente, meus amigos, é o sistema. A Casa vai aprovar com alguns deputados votando até contrariados, mas vão votar porque é o possível. O ideal seria que fizéssemos o certo, com tempo, com debate e com diálogo com todos, o que não houve nesse projeto. Por isso, estamos buscando emendar e corrigir o texto, se será possível o tempo dirá. Só que aqui nesta Casa o tempo corre muito rápido. Era isso, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero saudar todos os presentes. Respeite-me, rapaz. Senhor Presidente, quero respeito. Quero respeito. Quero respeito, sim, rapaz! Ou tira de lá, Presidente. Estamos em uma Casa de Leis democrática, e tem que ter respeito comigo e com a Oposição. Por favor, Presidente, segure o meu tempo, que quero respeito, não quero ofensa; senão, chama a segurança e tira de lá. É isso mesmo!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Peço a compreensão dos policiais penais, para que permitam que o Líder do Governo possa falar, como todos os demais se manifestaram. Não entendi, Arilson.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não são policiais penais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, policiais militares. Desculpe, faço a correção. Como os demais deputados puderam aqui se manifestar e houve o respeito, que o Líder também possa, porque esta Casa tem os dois lados, tem quem se posiciona favorável e tem quem se posiciona contra. Tem que imperar o respeito e todos sempre serão bem-vindos aqui para o diálogo com o Líder do Governo, com outros demais Deputados, com a Oposição. Aqui o

que prevalece sempre é o diálogo. Muitos projetos, às vezes, avançam também pela contribuição da própria Oposição. Então, peço a vocês a compreensão para ouvir o Líder do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas, meu falecido pai sempre me ensinou a seguinte questão: *“Nunca quebre pontes, você talvez precise passar por lá de novo”*. Teremos aqui alguns anos pela frente que novos projetos virão para cá, novas discussões, novos debates, como já aconteceram no passado, quando no passado demos, aqui, através da nossa aprovação, porque quero quebrar algo que é dito e quero desafiar a alguém provar o contrário. Renuncio o meu mandato se provar o contrário. Nós, aqui, deputados, que compomos esta Casa, não é dado a nós a condição de mexer em salário, de aumentar salário. Não podemos fazer isso, a lei não permite. Então, quero deixar claro para todos vocês, aqui, que quem assim o fizer está jogando para a torcida, está jogando para a plateia e não vamos fazer isso. O que podemos fazer? Ou votar contra ou votar a favor. É isso. Agora, antecipadamente a isso, o que fizemos? Quando pedimos que esse projeto fosse retirado, o regime de urgência dele, tentamos, fizemos de tudo. Todos os deputados que estão aqui batalharam, construíram, tentaram, correram atrás. Fizemos tudo que era possível, que é o papel de um deputado, mas nem sempre conseguimos alcançar aquilo que queremos, em todos os Governos foi assim. Então, quero deixar claro para todos aqui, que lutamos, fizemos o possível. Sabemos que vocês são merecedores, sim, mas que não terminou a luta. Teremos outros novos projetos vindos para cá. No passado viabilizamos o vale-alimentação. No passado discutimos a diária extrajornada. No passado demos um volume acima do que foi dado para os oficiais. Quem sabe, no ano que vem, esta mesma Assembleia que está aqui, esta mesma base do Governo que está aqui, possa votar e construir um projeto que possa nesse outro momento voltar a dar para os praças. Esse é o nosso desejo, essa é a nossa vontade, Sr. Presidente, e é isso que queremos aqui agora. Agora, preciso deixar claro, não vou mentir para ninguém: não podemos, não é possível. Em uma das emendas que foram colocadas foi feito um cálculo, com todo o respeito aos deputados que fizeram, que querem corrigir, entendo, o cálculo do

Tesouro do Estado mostra que uma das emendas que V.Ex.^a apresentou, Deputado Arilson, custa 6 bilhões por ano. Estou falando para o senhor, vou provar para o senhor. Tenho o cálculo do Tesouro do Estado. Como vou fazer com isso? Não existe essa condição de aprovar uma emenda que custa R\$ 6 bilhões por ano. Agora, respeito, acho que todo mundo tem direito de fazer aquilo que quer e estamos jogando com a responsabilidade, estamos cuidando do censo fiscal. E quero dizer para vocês: vamos continuar trabalhando? Quero conclamar a todos que estão aqui para que possamos, nos próximos dois anos, tentar corrigir um pouco mais. É isso. É esse o nosso papel. Não podemos, aqui, aqui, nesta Casa aprovar nada que tenha, que proponha e que coloque como aumento de despesa. Vocês sabem disso, gente. Então, assim, claro que queríamos. Vocês acham que alguém não quer dar um percentual maior? Claro que todo mundo quer. Agora, precisamos ter compreensão. Quero também dizer para vocês algo importante, que quero dar garantia para vocês. Esse Substitutivo, que vocês sabem, foi retirado o requisito do tempo de interstício para promoções entre postos. Lembrar para vocês que essas reposições que vão ter, que nos cálculos do Governo vão ser de 16 a 23%, passam a valer a partir de 1.º de novembro, retroativo. O principal objetivo desse projeto consiste na transformação das atuais 11 referências, em cinco classes, conforme reenquadramento previsto no anexo dois, para ativos e também inativos. Os postos e graduações permanecem os mesmos, mas a progressão dentro de cada patente fica mais simples. É isso. Alguma ou outra correção que precisa ser feita estamos à disposição, na Liderança do Governo, mas fica aqui o compromisso de que possamos votar dentro do que temos hoje. Não podemos mexer no que tange à questão de aumento de despesa. Isso é lei, é lei! Vocês acham que eu não queria mexer? Você não queria, Deputado Arruda e todos vocês? Mas não pode! E fica o nosso compromisso para que possamos construir. Agora, o Governo tem a intenção de discutir outros projetos. Senhor Presidente, em relação à Celepar já foi discutido aqui e estamos colocando duas questões importantes, que foram objeto de pedidos de deputados. Uma delas é a garantia de um PDV digno e justo e a outra é a manutenção dos empregos dos funcionários da Celepar. Acho que tem uma

vital importância e, também, a garantia dos dados que são secretos. Obrigado e forte abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (46 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: *Alexandre Amaro (REP), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Moacyr Fadel (PSD), Paulo Gomes (PP), e Tiago Amaral (PSD) (8 Parlamentares).*]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 678/2024**, do Deputado Bazana, que concede o título de utilidade pública à Associação Esportiva de Manoel Ribas, com sede no município de Manoel Ribas; **Autuado sob o n.º 679/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, que proíbe a reserva de vagas por meio de sistema de cotas em processos seletivos para especialização em residência médica e estabelece a proibição do sistema de cotas a candidatos transexuais, intersexuais e não binários nas universidades públicas no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 680/2024**, do Deputado Matheus Vermelho, que denomina de 5.º Colégio da Polícia Militar do Paraná – Bartolomeu Mitre; **Autuado sob o n.º 681/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, que proíbe o Conselho Tutelar de notificar os pais que optarem por não vacinar os filhos com a vacina do Covid-19 no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 682/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, que proíbe a retenção da carteira de vacinação nos postos de saúde no âmbito do Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 254/2024, de autoria do Deputado Bazana, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Teatro Grupo Mãe de Deus no Município de Arapongas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. Os Deputados que não estão no Plenário, gostaria de convidá-los, gentilmente, a virem até aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, vamos atender o pedido do Líder do Governo, Sr.ª Deputados que estejam em gabinetes.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, pela ordem. O pessoal aqui de trás está perguntando do Deputado Soldado Adriano. Ele vem votar?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Soldado Adriano, às vezes, tem uma certa dificuldade, uma agenda muito intensa, mas ele deve aparecer aqui na Casa. Deputado Anibelli, Deputado Hussein Bakri, seus votos, Deputado Goura. Deputado Goura, seu voto. Votou. Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 72/2024, de autoria do Deputado Batatinha, que obriga as concessionárias de serviços públicos de água, de energia elétrica e de gás a inserir mensagem de combate à violência contra a mulher nas faturas do mês de março. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Emenda da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gilberto, ok, votou. Deputado Gugu Bueno, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas e Tiago Amaral (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 72/2023.**

Vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. Deputados que ainda não votaram, “*sim*” à emenda.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Só para dizer que estão aqui na Casa os Vereadores de Grandes Rios, o Paulo Jacaré, o Geovani, o Mosquito, o Miltinho e o Zezinho. Sejam bem-vindos aqui à Casa, Vereadores de Grandes Rios.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vereadores de onde?

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Grandes Rios.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Grandes Rios. Sejam bem-vindos à nossa Casa aqui. Algum movimento estranho, Deputado Soldado Adriano e Do Carmo, aí no fundo?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que ainda não votaram, o voto é “sim”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Só para registrar a presença aqui na Casa do Ex-Vereador Osmário, de Prudentópolis, além dos Vereadores Cláudio, Maurício e Amilcar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sejam bem-vindos à nossa Casa.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhor Presidente, também pela ordem. Apenas para registrar a presença do Vice-Prefeito de Ponta Grossa, Saulo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nós já fizemos o registro, em seu nome e da Deputada Mabel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e

*Thiago Buhrer (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Tiago Amaral (10 Deputados).]*
Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 344/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/2024, que altera a Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **Retirado de ofício pela presidência.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 588/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 969/2024, que extingue o Serviço Distrital de Paz da Comarca de Guarapuava e altera a Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Pacheco, pode chegar até a Mesa aqui? Senhores Deputados, peço a gentileza de que votem. Deputado Hussein, Ana Júlia, Luciana Rafagnin, Delegado Jacovós, Doutor Antenor, Gilberto Ribeiro, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião. Votação encerrada: ***[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não*****

Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 588/2024.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 589/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 2082/2024, que transforma um cargo de Juiz de Direito ao Juizado Especial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em um cargo de Juiz de Direito do Foro Regional da Fazenda Rio Grande da mesma Comarca, cria a 5.ª Vara Judicial no Foro Regional de Fazenda Rio Grande e altera a Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, Doutor Antenor, Marcio Pacheco e Renato Freitas, os votos. Deputado Marcio, vai votar? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas e Tiago

Amaral (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 589/2024.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 590/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 2132/2024, que altera a Lei n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que “Estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná”. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Também vamos submeter ao voto o Projeto. Já é de conhecimento de todos os Sr.^s Deputados. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Comunicado aos Senhores Líderes de Partidos e Blocos Partidários. **Comunicado de Plenário n.º 8/2024.** Comunico que a Proposta de Emenda à Constituição n.º 2/2024, de autoria dos Deputados Anibelli Neto, Douglas Fabrício, Arilson Chiorato, Tercilio Turini, Professor Lemos, Artagão Júnior, Gilberto Ribeiro, Samuel Dantas, Bazana, Alexandre Amaro, Ney Leprevost, Goura, Delegado Tito Barichello, Luís Corti, Evandro Araújo, Delegado Jacovós e Fabio Oliveira e das Deputadas Cloara, Luciana Rafagnin, Cristina Silvestri, Márcia Huçulak e Cantora Mara Lima, que insere *parágrafo único* no art. 14 da Constituição do Estado para autorizar ajuda humanitária na cessão de máquinas, equipamentos e utensílios para outros entes da federação, nos casos que especifica, foi publicada no Diário Oficial da Assembleia no dia 13 de agosto de 2024. De acordo com o que dispõe o §1.º do art. 227 do Regimento Interno, há a necessidade de constituir uma Comissão Especial composta de cinco membros a serem indicados pelos Líderes, conforme quociente de representação, para opinar sobre a Proposta e emendas a serem apresentadas. Conforme cálculos, o PSD indica 1 membro, o Bloco PT/PDT indica 1 membro, o União Brasil indica 1 membro, o Bloco MDB/PSB/SD indica 1 membro e o PL indica 1 membro. Portanto, em função deste anúncio, peço aos Sr.^s Líderes que informem os membros que participarão dessa Comissão Especial.

Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Tiago Amaral (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 590/2024.**

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 592/2024, de autoria do Tribunal de Contas, Ofício n.º 845/2024, que altera a Lei n.º 15.854, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Pela ordem, Sr. Presidente Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Estou convocando os membros da Comissão de Constituição e Justiça para uma reunião Extraordinária hoje, após a Sessão Extraordinária, para apreciarmos as emendas que serão apresentadas ao Projeto de Reestruturação da Polícia Militar. E caso haja pedido de vista... (Aplausos.) Caso haja pedido de vista nessa reunião Extraordinária convocada

para hoje, estou convocando a Comissão de Constituição e Justiça para amanhã, às 8h30, para uma outra reunião, se for necessário, para analisar as emendas em possível pedido de vista.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência também gostaria de comunicar aos Sr.^s Deputados e Deputadas que amanhã teremos uma pauta muito extensa e três Sessões. Gostaria de antecipar a Sessão das 9h30 para às 9 horas da manhã. Ok? Com a concordância de todos? Então, amanhã a Sessão Ordinária será às 9 horas. Ainda pendentes os votos dos Deputados Gugu Bueno, Alexandre Curi, Márcia Huçulak e Requião Filho, neste Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, desculpe-me. Geralmente é às 9h30. Amanhã será às 9 horas?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Às 9 horas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Requião Filho e Tiago Amaral (12 Deputados).]* Com 42

votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 592/2024.**

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 604/2024, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 233/2024, que altera a Lei n.º 19.781, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “*sim*”. O Deputado Artagão ainda não votou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou aguardando o Deputado Alexandre votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Tiago Amaral (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 604/2024.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1493/2024, que revoga o inciso V do art. 5.º da Lei Complementar n.º 234, de 8 de junho de 2021, que dispõe Sobre a contratação

por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, este Projeto do Tribunal é um importante Projeto, do Tribunal de Justiça. Só quero relatar aos amigos que precisamos para a aprovação, por se tratar de Lei Complementar, no mínimo 28 votos. Peço a atenção de todos e todas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): São necessários 33 votos... Não. Vinte e oito.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vinte e oito. Lei complementar é 28. E peço o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Isso, exatamente. PEC é 33. Deputado Alisson, seu voto, Deputada Ana Júlia, Doutor Antenor, Renato Freitas e Requião Filho. Sempre lembrando que teremos uma Sessão Extraordinária logo após esta Sessão Ordinária. Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago*

Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 9/2024.**

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 10/2024, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 245/2024, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Também Lei Complementar. Peço o voto “*sim*”. Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Alisson, por favor, seu voto, Deputado Gugu Bueno, Deputado Guerra e Deputado Nelson Justus. Votação encerrada: ***[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Tiago Amaral (10 Deputados).]*** Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 10/2024.**

ITEM 11 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 197/2024, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Capital do Arrancadão de Tratores ao município de Maripá. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Em discussão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estamos junto com o arrancadão. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em votação. Não é o Artagão, é arrancadão! Estou encerrando a votação, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gugu Bueno, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 197/2024.**

ITEM 12 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 386/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara como patrimônio histórico, cultural e genético do Estado do Paraná o Porco da Raça Moura, criado de forma tradicional. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Para discutir...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, o senhor me permite encaminhar?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, quero primeiro registrar aqui a presença de pessoas que eu quero reputar como pessoas

que têm o ideal de servir a sociedade. Então, quero registrar aqui a presença do Prof. Dr. Marson Warpechowski, zootecnista, que é coordenador do projeto do porco moura na Universidade Federal do Paraná; da Prof.^a Dr.^a Médica-Veterinária Juliana Brum, vice-coordenadora do projeto porco moura também da UFPR; do zootecnista Dr. Charles Ortiz Novinski, que é da CR Agro Consultoria; do Sr. Divo Molinari, que é Presidente da Associação de Criadores do Porco Moura no Paraná; e do Eric Brito, que é estudante veterinário da UFPR e criador do porco moura. Olha, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, estamos aqui fazendo história nesta Casa porque estamos declarando como patrimônio histórico, cultural e genético do Estado do Paraná os porcos da raça moura. Para quem não sabe, desde o descobrimento da América, os colonizadores espanhóis e portugueses trouxeram porcos domésticos de diferentes tipos, que foram sendo criados em povoações. Na verdade, desde a década de 1920, o porco moura se espalhou pelo Paraná e foi, inclusive, o ciclo da banha, um dos ciclos econômicos do Estado do Paraná. E o que esses pesquisadores têm feito, como também outros criadores que temos em todo Estado do Paraná? Têm preservado a pureza genética dessa raça. Quando esta Casa declara como patrimônio histórico, cultural e genético a raça do porco moura, devidamente naturalmente debatida com o Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, estamos tendo um grande avanço. Então, quero agradecer também o apoio que a Secretaria Estadual da Agricultura, o Secretário Natalino, o Norberto Ortigara, enfim, a todos que trabalharam, a Adapar, enfim, e aos pesquisadores e a todos os criadores pelo trabalho que têm realizado. Então, quero pedir a todas as senhoras e senhores Deputados o voto “*sim*” em relação ao Projeto de Lei n.º 386. É isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Quero registrar o aniversário do nosso amigo Paike, o homem responsável pelo nosso painel.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Parabéns, Paike! Gente boa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Parabéns! Gente boa, não é?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito. Senhor Presidente, quero registrar também o abraço ao Deputado Paulo Gomes, que está se recuperando de uma cirurgia. Desejo a ele pronta recuperação, em meu nome e em nome da nossa bancada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Verdade. Boa recuperação ao nosso Deputado Paulo Gomes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Enquanto os deputados votam, quero convidar os deputados que fazem parte da Comissão de Meio Ambiente, Ecologia e Proteção Animal para sessão nossa, após o término desta sessão, para analisar o PL n.º 662, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, na sala Arnaldo Busato, atrás do Plenário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Marcel, por favor, seu voto. Deputada Maria Victoria. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito*

Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas e Tiago Amaral (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 386/2024.**

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 542/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 56/2024, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Militar Estadual, altera as Leis que especifica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo Geral do Poder Executivo. Vamos submeter ao voto o Projeto.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A constitucionalidade.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para discutir, Deputado...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Renato Freitas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A constitucionalidade hoje, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Permita-me pela ordem, Sr. Presidente. Só lembrando que hoje é a constitucionalidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Na verdade, é a constitucionalidade neste momento.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Exatamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O mérito é na sequência.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Para encaminhamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Gostaria que V.Ex.^a pudesse fazer o encaminhamento aqui deste microfone, até porque a qualidade desses aparelhos não está muito boa para ouvirmos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Perfeito. Olha, concluo pela inconstitucionalidade do presente projeto, entre outros por conta da contrariedade ao art. 37, inciso X da Constituição Federal, que prevê e garante a revisão geral anual, e este Projeto de Lei, no seu art. 16, veda a revisão geral anual até o ano de 2027, lembrando que revisão geral anual não é aumento salarial, é apenas reposição da inflação. Se este projeto prosperar, o salário dos praças será comido pela inflação e aquilo que está sendo aumentado hoje vai ser perdido no ano que vem e no outro ano, até 2027. Então, há um “cavalo de Troia” dentro deste projeto que vai fazer com que o salário dos praças seja diminuído e não aumentado. Aumentado hoje só o dos oficiais. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos à votação, Sr.^s Deputados. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O projeto é constitucional e legal. Respeito a opinião de cada um, mas ele é constitucional e legal. Peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição vai liberar a bancada, encaminhando o voto “*sim*”, contrário ao voto do Deputado Renato Freitas, uma vez que entendemos que é constitucional e legal, apesar do erro meritório do Projeto, que estaremos apresentando as emendas para corrigir esses erros.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, para encaminhar.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Entendemos a constitucionalidade, como o Deputado Maurício colocou, e apresentamos as emendas de mérito e

vamos defendê-las na CCJ para corrigir o projeto. Ele é constitucional, mas do jeito que está meritoriamente é errôneo e vamos discutir isso na segunda fase.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, ainda o seu voto pendente, Doutor Antenor, Hussein, Luciana, Professor Lemos. Votação encerrada.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, há concordância entre os Líderes de inverter a pauta.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Inverter a pauta?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Celepar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não há nenhum problema a inversão da pauta, sem problema da minha parte.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Há acordo dos Líderes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Se há concordância dos Líderes, ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados); **Votaram Não:** Dr. Antenor, Goura e Renato Freitas (3 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Tiago Amaral (10 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e 3 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 542/2024.**

ITEM 16 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 661/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 71/2024, que autoriza a desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, institui o Conselho Estadual de Governança Digital e Segurança da Informação e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência.

Há um **Requerimento (Protocolado sob o n.º 2669/2024)** sobre a mesa requerendo a retirada do Projeto de Lei n.º 661/2024 da Ordem do Dia, pelo prazo de uma Sessão. O Projeto trata de autorização para desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná e institui o Conselho Estadual de Governança Digital e Segurança da Informação.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar o Requerimento, Deputado Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O Requerimento, exatamente. Nós apresentamos um Requerimento pela Bancada PT/PDT solicitando a suspensão do projeto por uma sessão, porque é o que o Regimento permite em função do projeto tramitar em regime de urgência. Então, é permitido adiar apenas por uma sessão. Por isso, o Requerimento solicita o adiamento por uma sessão, por conta da relevância do projeto. O projeto é muito importante, porque trata da venda dos dados e os dados são importantíssimos para a população do Paraná. Os nossos dados não podem ser vendidos para iniciativa privada. Portanto, queremos um tempo a mais para aprofundar o debate e convencer o Governo, convencer também os colegas Deputados de que esse projeto contraria o interesse público e por isso ele não deve ser aprovado aqui na Assembleia Legislativa, não devemos vender os nossos dados. A Celepar precisa continuar pública.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Lemos foi mais claro possível. Ela já disse que é contrário ao Projeto. Se ele é contrário, finaliza hoje. Somos contrários ao Requerimento, com todo respeito que ele merece. Somos contrários ao Requerimento e queremos votar hoje o Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou submeter ao voto o Requerimento. Deputados favoráveis à retirada por uma Sessão votam com a expressão "*sim*", os contrários com a expressão "*não*". Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto "*não*".

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Voto "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Bazana, por favor, seu voto. Deputada Cantora Mara Lima. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Ana Julia, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (11 Deputados);* **Votaram Não:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (33 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Tiago Amaral (10 Deputados).]* Com 11 votos favoráveis e 33 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.**

Vamos submeter ao voto o Projeto de Lei n.º 661/2024.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.ªs Deputados, o Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto "sim". Prestem atenção, pessoal, o voto agora é "sim". Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (36 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Tiago Amaral (10 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 661/2024.**

ITEM 14 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 543/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 57/2024, que cria os Quadros de Oficiais Especialistas nos âmbitos da Polícia Militar do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emendas da Comissão de Segurança Pública com parecer favorável da CCJ na forma da Subemenda. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, por favor, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Marcelo Rangel, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Requião Filho e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 543/2024.**

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 563/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/2024, que altera dispositivos das Leis n.º 21.311, de 16 de dezembro de 2022, que cria o Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, e n.º 21.353, de 1.º de janeiro de 2023, que cria a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Gugu, seu voto. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Marcelo Rangel, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Requião Filho e Tiago Amaral (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 563/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2653/2024 do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei aprovados em segunda discussão e que não receberam emendas. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 2642 a 2645/2024, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: em homenagem às empresas especializadas em atividades condominiais; aos Síndicos e administradores de condomínios; à Associação dos Condomínios Garantidos do Brasil; às

Embaixadoras do Bem; **Requerimentos n.ºs 2647, 2649, 2668 e 2670/2024** do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações: ao Portal Hoje PR, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na Área do Jornalismo Digital e por ter ultrapassado a marca histórica de 5 milhões de acessos; à Sr.^a Rafaela Aiex Parra, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na Área Literária, e por ocasião do lançamento do Livro “Você Sente - 2.^a Edição; ao Espaço Depósito, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses no setor de gastronomia; ao Sindicato das Seguradoras dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul (Sindseg PR/MS), pela celebração dos 100 anos de sua fundação; **Requerimentos n.ºs 2648, 2651 e 2655/2024** do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.^s: Antonio Augusto Amaral de Carvalho, ocorrido no dia 4 de novembro de 2024; Mario Vendramel Junior, ocorrido no dia 4 de novembro de 2024; e Rubens Kolinski, ocorrido no dia 5 e novembro de 2024; **Requerimento n.º 2654/2024** do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Pedro Mikilita, da cidade de Cascavel, ocorrido no dia 11 de novembro de 2024; **Requerimento n.º 2656/2024** da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente à Ex.^{ma} Desembargadora Joeci Machado Camargo, 1.^a Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, parabenizando-a e enaltecendo sua participação no pleito que elegeu a nova cúpula diretiva da Corte para o biênio 2025/2026; **Requerimentos n.ºs 2657 a 2667/2024** do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Campo do Tenente, 63 anos; Goioxim, 29 anos; Rosário do Ivaí, 38 anos; São Pedro do Ivaí, 69 anos; Campo Bonito, 38 anos; Morretes, 291 anos; Piên, 63 anos; Munhoz de Mello, 69 anos; Campina da Lagoa, 63 anos; Ubiratã, 63 anos; e Roncador, 63 anos; **Requerimento n.º 2671/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Desembargadora Lídia Maejima, primeira mulher eleita Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2672/2024** da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando

o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação (SEED), requerendo esclarecimentos acerca do resultado do Processo Seletivo Simplificado de contratação de professores; **Requerimento n.º 2673/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, conforme especifica; **Requerimento n.º 2674/2024**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Doutora Lídia Maejima, pela eleição como Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 2025/2026; **Requerimento n.º 2675/2024**, dos Deputados Tercílio Turini, Hussein Bakri, Cloara Pinheiro, Douglas Fabrício, Denian Couto, Alexandre Curi, Alexandre Amaro, Marcel Micheletto, Arilson Chiorato, Maria Victória, Cristina Silvestri, Goura, Flávia Francischini, Delegado Tito Barichello, Raimundo Corti, Gilberto Ribeiro e Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Doutor Hayton See Swain Filho, pela eleição como Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para o biênio 2025/2026; **Requerimento n.º 2676/2024** dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Ana Júlia, Maria Victória, Luciana Rafagnin, Marli Paulino e Cloara Pinheiro, solicitando o envio de expediente à Ex.^{ma} Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, em virtude de sua eleição para ocupar o cargo de Corregedora do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para gestão do biênio 2025/2026; **Requerimento n.º 2677/2024** dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Ana Júlia, Marli Paulino, Luciana Rafagnin, Cloara Pinheiro e Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Desembargadora Lídia Maejima, primeira mulher a assumir a Presidência do Tribunal de Justiça (TJPR).

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2650/2024** do Deputado Gilberto Ribeiro, requerendo o arquivamento dos Projetos de Lei n.ºs 498 e 521/2024, por tratarem de matérias correlatas.

Ao Cerimonial e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2646/2024 do Deputado Arilson Chiorato, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 12 de novembro de 2024, para ouvir a Sr.^a Vanderleia Leite, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Paraná (Sindarspen), para tratar sobre “A reestruturação do quadro próprio da Polícia Penal do Paraná comemorado em 13 de novembro”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando: uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia** – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 344/2024 e 2.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 9/2024 e 10/2024 e dos Projetos de Lei n.ºs 542/2024, 543/2024, 563/2024 e 661/2024; e **três Sessões para quarta-feira**, dia 13 de novembro de 2024, às nove horas, sendo uma **Sessão Ordinária**, uma **Sessão Extraordinária** e uma outra **Sessão Ordinária**, antecipada de segunda-feira, dia 18 de novembro de 2024, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária** - 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 72/2023, 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 916/2023, 197/2024, 386/2024, 542/2024 e 661/2024; **Sessão Extraordinária** - 3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 916/2023, 542/2024 e 661/2024; e **Sessão Ordinária antecipada de segunda-feira** - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 916/2023, 542/2024 e 661/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h38, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)